



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAYARA CLEMENTE SANTOS SILVA

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA: O PERÍODO DE
REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NO PRIMEIRO MANDATO DO
GOVERNO OBAMA (2009-2012)**

**JOÃO PESSOA
2023**

MAYARA CLEMENTE SANTOS SILVA

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA: O PERÍODO DE
REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NO PRIMEIRO MANDATO DO
GOVERNO OBAMA (2009-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Bacharelado em Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco.

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Mayara Clemente Santos.

A política externa dos Estados Unidos para Cuba [manuscrito] : o período de reaproximação entre os estados no primeiro mandato do Governo Obama (2009-2012) / Mayara Clemente Santos Silva. - 2023.

40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Política externa. 2. Estados Unidos. 3. Cuba. 4. Barack Obama. I. Título

21. ed. CDD 327.1

MAYARA CLEMENTE SANTOS SILVA

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA: O PERÍODO DE REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO OBAMA (2009-2012)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 29/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
CRISTINA CARVALHO PACHECO
Data: 06/07/2023 08:42:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dra. Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Documento assinado digitalmente
ELIA ELISA CIA ALVES
Data: 05/07/2023 10:03:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves Universidade
Federal da Paraíba (UFPB)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAFC	Commission on Assistance to a Free Cuba - Comissão de Assistência para uma Cuba Livre
CANF	Cuban American National Foundation (tradução: Fundação Nacional Cubano-Americana)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Foreign Assistance Act (tradução: Lei de Assistência Externa)
FMI	Fundo Monetário Internacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
PNB	Produto Nacional Bruto
PRD	Partido da Revolução Democrática
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RNB	Renda Nacional Bruta
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development (tradução: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	POLÍTICA EXTERNA: A INFLUÊNCIA HISTÓRICA NA MEDIDAS ADOTADAS PELOS ESTADOS UNIDOS.....	09
2.1	Política Externa adotada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria	09
2.2	A reverberação da política externa adotada pelos EUA durante a Guerra Fria na América Latina: a fomentação da ‘Onda Vermelha’.....	11
2.3	Tentativa de estabelecer relações diplomáticas com a América Latina.....	15
2.4	A ‘Onda Vermelha’ nos governos da América Latina, em especial no Cone Sul.....	17
3	A POLÍTICA EXTERNA ADOTADA PELOS EUA NO PÓS 11 DE SETEMBRO: UMA ANÁLISE GLOBAL E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA CUBA.....	20
3.1	Mudança para o governo Obama: uma nova visão adotada para América Latina e Cuba.....	23
4	ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA.....	26
4.1	Fatores que contribuíram para relações bilaterais entre os Estados.....	28
4.2	Normalização das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba.....	29
5	CONCLUSÃO	33
6	REFERÊNCIAS	35

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA: O PERÍODO DE REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO OBAMA (2009-2012)

THE FOREIGN POLICY OF THE UNITED STATES TO CUBA: THE PERIOD OF RAPPROCHEMENT BETWEEN THE STATES IN THE FIRST TERM OF THE OBAMA'S ADMINISTRATION (2009-2012)

Mayara Clemente Santos Silva^{1*}

RESUMO

O tema do trabalho é a política externa apresentada pelos Estados Unidos para Cuba durante o primeiro mandato do governo Obama (2009-2012) em decorrência das iniciativas de reaproximação adotadas pelos Estados. Por isso, a pergunta da pesquisa é: No que difere a política externa de Obama para Cuba em relação aos governos antecessores, desde a Guerra Fria? Para tanto, é objetivo geral deste trabalho compreender a política externa adotada pelos EUA durante e pós este período, até o mandato de Obama. A pesquisa possui um caráter bibliográfico e documental, uma vez que utiliza materiais já publicados para obter os dados necessários para sua realização e adota a técnica qualitativa de abordagem. Destarte, buscam-se os seguintes objetivos específicos: (i) descrever o contexto histórico da política externa adotada pelos EUA no período durante e pós guerra fria; (ii) discorrer sobre transição do governo Bush para o de Obama, e (iii) descrever sobre a política externa adotada por Obama, em seu primeiro mandato, para a América Latina e para Cuba.

Palavras-chave: Política externa. Estados Unidos. Cuba. Obama.

ABSTRACT

The topic of the paper is the foreign policy presented by the United States towards Cuba during the first term of the Obama administration (2009-2012) as a result of the

¹ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: mayaraclementess@gmail.com.

re-engagement initiatives adopted by the states. Therefore, the research question is: How does Obama's foreign policy toward Cuba differ from previous governments since the Cold War? To this end, the general objective of this work is to understand the foreign policy adopted by the USA towards Cuba during Obama's first term. The research is bibliographic and documental in nature, since it uses previously published materials to obtain the necessary data, and adopts a qualitative approach. The following specific objectives are pursued: (i) describe the historical context of U.S. foreign policy during and after the Cold War; (ii) discuss the transition from the Bush administration to Obama's; and (iii) describe Obama's foreign policy toward Latin America and Cuba during his first term.

Keywords: Foreign Policy. United States. Cuba. Obama.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de analisar a política externa adotada pelos Estados Unidos da América para Cuba no primeiro mandato do governo de Barack Obama (2009-2012), o presente trabalho tem como guia a pergunta-problema: “No que difere a política externa de Obama para Cuba em relação aos governos antecessores, desde a Guerra Fria?”.

A ligação histórica existente entre os Estados Unidos e Cuba é a chave para compreender como a relação diplomática entre estes países foi realizada desde o século XIX até o século XXI, uma vez que Cuba foi a última colônia espanhola do continente americano a se libertar (1898)² e para tanto contou com o suporte da nação norte americana.

Cuba estabeleceu um forte laço político e econômico com os EUA, que passaram a exercer forte influência dentro do seu território. Diante dessas circunstâncias, a população cubana não tardou a demonstrar-se contrária às políticas adotadas dentro de seu território e foi iniciada uma revolução nacional, liderada por Fidel Castro, o qual conseguiu ascender ao poder, em 1959³.

Esse novo cenário fez com que os EUA realizassem imposições e restrições comerciais sobre Cuba, que teve, dentre outras consequências, o embargo econômico cubano (1960). Outras questões históricas também impactavam diretamente na relação entre os países, sendo elas: a manutenção da Baía de Guantánamo⁴ (1903) e a crise dos mísseis (1962).

² O penúltimo país a se libertar no continente Americano foi a Colômbia em 1886. Antes dele, tivemos respectivamente: República Dominicana em 1844 e Honduras em 1838. Apesar da Colômbia ter conseguido, em 1819, se libertar da dependência espanhola e assim criar a Grã-Colômbia (composta por Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador) foi apenas em 1886 que ela se estabeleceu como república unitária e centralizada politicamente - conforme promulgação de sua Constituição de 1886 (BONILHA, 2014).

³ A revolução cubana foi liderada por Fidel Castro e Che Guevara, em 1959, e possuía a intenção de derrubar o governo ditatorial de Fulgêncio Batista. Diante do cenário de Guerra Fria existente, o governo cubano buscando ter uma agenda econômica mais nacionalista acabou adotando medidas (como a reforma agrária e a nacionalização de empresas) que afetaram diretamente os EUA. Por sua vez, os norte-americanos adotaram medidas punitivas para Cuba, como o embargo econômico (ELVERDÍN, 2021).

⁴ A Baía de Guantánamo é uma região localizada no sudeste cubano e está em poder do governo norte americano desde 1903. Este território foi cedido aos EUA na primeira Constituição da República de Cuba, em uma emenda nomeada como Emenda Platt, no qual o governo americano auxiliou a ilha em sua guerra de independência contra a Espanha e em contrapartida recebeu – por tempo indeterminado – dois territórios, em Guantánamo e em Bahía Honda. Este último nunca foi cumprido de fato.

Disponível em: . <

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160321_eua_cuba_guantanamo_dgm_cc>. Acesso em: 06 de jul. de 2021.

A crise dos mísseis foi um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, onde foi descoberto pelos EUA que Moscou e Havana estavam instalando secretamente diversas plataformas de lançamento de mísseis. Estimasse que estas plataformas eram capazes de atingir Washington e outras cidades norte americanas, além de causar mortes e destruições iguais ou até mesmo piores que Hiroshima e Nagasaki em 1945 (CUETO, 2022).

Após longo período de hostilidades entre os Estados, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama (2009-2017), e o presidente de Cuba, Raúl Castro (2008-2018), resolveram – em 2014 – restabelecer as relações diplomáticas entre os países. Diante de tal cenário, é possível observar que mesmo com o histórico de hostilidade entre ambos, as relações diplomáticas ganharam força, a partir do primeiro governo de Barack Obama, o que resultou na melhoria da integração entre as duas nações.

Durante a década de 1960 até o ano de 2008 as relações diplomáticas diretas entre os EUA e Cuba eram praticamente inexistentes, uma vez que eram Estados adversários na Guerra Fria, período em que Cuba ganhou forte apoio da URSS. Com a queda do muro de Berlim, em 1989 e a derrocada do regime soviético, os norte-americanos aguardavam a realização de uma reforma por parte de Cuba que, em contrapartida, não aceitava nenhuma influência dos EUA dentro de seu território. Mesmo atravessando dificuldades econômicas enormes pela falta de apoio soviético, mantiveram-se firmes na defesa de sua autonomia e autoridade.

Com o ingresso de Barack Obama na presidência dos EUA, o multilateralismo ganhou novas dimensões, e os EUA estavam dispostos a mostrar que o *hard power* não era sua única ferramenta à disposição, uma vez que a diplomacia deveria ser sua primeira linha de ação e o *soft power* deveria ser utilizado. Sendo assim, os EUA estavam dispostos a desenvolver as relações de forma diplomática com Cuba.

Este trabalho tem por objetivo compreender a política externa adotada pelos EUA para Cuba, durante e pós guerra fria, até o mandato de Obama. Para tal finalidade, serão elencados os elementos que compõem a política externa do governo norte-americano no período citado; em seguida será descrita a política externa adotada pelos Estados Unidos durante a transição do governo Bush para o Obama e serão evidenciados algumas políticas adotadas para que se torne viável uma reaproximação entre os países.

Ao considerar esses fatores, o estudo se torna relevante para compreender a ligação histórica entre os dois países e como eles se relacionaram após a Revolução

Cubana, e com mais detalhes, no pós guerra fria, na política externa adotada. Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter primordialmente bibliográfico, utilizando artigos já publicados para obter os dados necessários para sua realização e documental, utilizando arquivos disponíveis no site da Casa Branca sobre a aproximação entre os dois países no período sugerido.

Diante do intuito do estudo, o artigo será estruturado em três partes: na primeira apresenta-se o contexto histórico da política externa adotada pelos EUA no período durante e pós guerra fria, com destaque para as particularidades deste cenário com certas nuances de unipolaridade (KRAUTHAMMER, 1991) onde serão tratadas as implicações que as relações outrora estabelecidas trouxeram para fomentação da “Onda Vermelha”. A segunda parte apresenta a transição do governo Bush para o de Obama. Aqui, o foco consiste na situação política e econômica dos EUA no início do mandato de Obama e as transformações que foram implementadas pelo presidente até o final do mesmo. Por fim, a terceira parte evidencia a política externa adotada por Obama, em seu primeiro mandato, para a América Latina e para Cuba.

O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender como a relação histórica existente entre os Estados Unidos da América e Cuba reflete na política externa adotada por tais Estados, assim como deixar evidente que devido à proximidade das nações, se fez necessário estabelecer acordos bilaterais de cooperação, em especial a partir do primeiro mandato do governo Obama.

2 POLÍTICA EXTERNA: A INFLUÊNCIA HISTÓRICA NA MEDIDAS ADOTADAS PELOS ESTADOS UNIDOS

A política externa é a área que “representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional” (ALTEMANI, 2005, p. 3). Além disso, uma análise da perspectiva das relações entre os Estados permite observar que o sistema internacional possui um padrão de relacionamento que é derivado, estruturalmente, da determinação do poder internacional que está vigente dentro do período histórico analisado.

Altemani (2005 *apud*. Wilhelmy. 1988) defende que a política externa é um conjunto de atividades políticas as quais cada nação promove seus interesses diante dos demais Estados e para tanto utiliza ferramentas e estratégias que os façam alcançar seus objetivos. Ademais, tais ações possuem um caráter dinâmico, visto que diversas variáveis são combinadas e analisadas para que qualquer medida seja tomada.

Altemani (2005 *apud* Russel. 1990, p. 255) estende tais conceitos levando em consideração que a política externa, mesmo sendo uma área de ação política dos governos, engloba três dimensões, sendo elas: político-diplomática; militar-estratégica; e econômica. Ambas são projetadas no âmbito externo diante de diversos atores, instituições governamentais e não governamentais, tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

Diante do exposto, faz-se necessário analisar brevemente o cenário mundial durante a Guerra Fria para identificar as características do relacionamento estabelecido entre os Estados Unidos e as demais nações, em especial para Cuba e América Latina, durante aquele intervalo específico.

2.1 Política Externa adotada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria

A Guerra Fria foi marcada como um período estratégico, de disputas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Todavia, por mais que esses países nunca tenham entrado em confronto bélico direto, eles passaram desde o início da década de 1950 a disputar poder e influência política, econômica e ideológica, interferindo ou, até mesmo, apoiando conflitos regionais por todo o planeta, estimulando guerras em outras nações e usando-as para estabelecer ou reforçar alianças regionais e assim ampliar sua região de influência (GESTEIRA, 2014).

No contexto de Guerra Fria, a bipolaridade ficou centralizada no antagonismo entre URSS, socialista e oriental e EUA, capitalista e ocidental. O primeiro ofereceu sua proteção a região ocupada pelo Exército Vermelho e/ou pelas forças armadas comunistas, enquanto o segundo assumiu grande parte do hemisfério ocidental e a área de antiga dominação dos impérios coloniais (SERRANO; MACIEL; LIMA, 2018). Segundo Gesteira (2014), a partir desse contexto é possível inserir os países sul-americanos, geograficamente mais próximos e historicamente alinhados à política e ideologia estadunidense e da Europa Ocidental.

A grande estratégia dos EUA no pós Guerra Fria, segundo Mastanduno (1997, p. 51), era procurar preservar sua posição no sistema internacional ao engajar e oferecer garantias às outras grandes potências.

Durante este período, os interesses dos EUA com seus aliados eram, principalmente, garantidos pela “contenção” da União Soviética (GUIMARÃES, 2002). Com isso, a nação buscava reafirmar seus valores nacionais como sendo universais, vale dizer, compartilhados com o mundo livre. Um exemplo disso foi a Doutrina Truman⁵ que já estava sendo implementada tão logo que se encerrou a Segunda Guerra Mundial.

A guerra não declarada entre EUA e URSS vivenciada durante a Guerra Fria transferiu-se para um campo de batalha indireto, em territórios de indefinição político-ideológica, no qual as pressões, o suborno, o apoio financeiro, bélico e logístico deveriam constar como melhor estratégia (SERRANO; MACIEL; LIMA, 2018).

No final da década de 1950 e meados de 1960, alguns Estados possuíam seus governos nas mãos de políticos propensos às causas nacionalistas e trabalhistas, o que evidentemente preocupava a política externa dos Estados Unidos, que já no final da década de 1950 sofreu um golpe, com a Revolução Cubana.

No início da década de 1960, o governo de John Kennedy criou a Aliança Para o Progresso, que consistia na integralização político-econômica da América Latina ao bloco capitalista por meio de investimentos sociais e econômicos. Ou seja, em tese, os Estados Unidos objetivavam combater a miséria presente nessas sociedades (GESTEIRA, 2014).

⁵ Em 12 de março de 1947 o presidente Harry Truman apresentou ao Congresso seus guias da política externa, a qual buscava combater a expansão dos soviéticos no cenário internacional. Além disso, reforçava que estavam dispostos em auxiliar as nações soberanas a manter suas instituições livres contra as imposições de governos autoritários (MAREK, 2016).

Kagan (2003 *apud* RIBEIRO, 2006, p.151), aponta que “Os EUA teriam, assim, adotado a [...] convicção de que seu próprio bem estar dependia do bem estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global”.

2.2 A reverberação da política externa adotada pelos EUA durante a Guerra Fria na América Latina: a fomentação da ‘Onda Vermelha’

No período de “Paz Fria”, os EUA utilizaram o discurso da “política da boa vizinhança” a fim de garantir a manutenção da subordinação latino-americana. Eles também realizaram investimentos em órgãos que estudam e auxiliam no “desenvolvimento” da América Latina, como a CEPAL⁶ e a OEA⁷ (SERRANO; MACIEL; LIMA, 2018).

Com o assassinato de Kennedy, em 1963, a abordagem estadunidense a uma possível ascensão do socialismo no continente foi redirecionada, privilegiando, a partir daí, a uma política de sabotagem a governos de cunho socialista e o patrocínio a golpes de Estado, os quais levariam ao poder, em boa parte das nações sul-americanas, militares de direita que eram de acordo com as propostas estadunidenses e que se comprometessem ao combate à ameaça que o socialismo representava naquele período (GESTEIRA, 2014).

De acordo com Posen e Ross (1966-67), no pós Guerra Fria houve quatro grandes estratégias de política externa, sendo elas: o neo-isolacionismo (à direita e à esquerda), o envolvimento seletivo, a segurança cooperativa e a primazia. Os autores afirmam que a primeira estratégia, neo-isolacionismo, foi de pouco impacto pois foi vencida pelos novos argumentos em favor de haver a necessidade de ter um forte envolvimento externo.

O envolvimento seletivo segue a noção tradicional de equilíbrio de poder, o qual busca assegurar a paz entre as potências. Para tanto, fica mais claro para os EUA que eles não conseguem ser onipresentes e por isso é necessário tal equilíbrio. O termo “seletivo” abrange a defesa de que pode haver problemas em que será preciso um envolvimento para além do previsto. Neste momento, fica também evidente que a princípio o foco norte americano é a Eurásia.

⁶ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Criada em 1948.

⁷ Organização dos Estados Americanos. Criada em 1948.

A segurança cooperativa vai além dos interesses nacionais, visto que é imprescindível que todas as nações abracem o interesse de paz mundial, já que a paz é indivisível e a segurança indeterminada. Finalmente, a primazia defende que “a hegemonia garante a estabilidade, a unipolaridade pode e deve ser mantida, a paz é o resultado de um desequilíbrio de poder. É preciso, pois, que, para além das necessárias alianças, os Estados Unidos estejam em condições de intimidar todos os desafiantes potenciais e proteger todos os parceiros” (GUIMARÃES, 2002, p. 59).

Diante disso, há uma crescente insatisfação popular frente a questões sociais que vinham sendo esquecidas na América Latina e Cuba, o que então fomentou a propagação de governos de esquerda, que defendiam a nacionalização, assim como os interesses de seu Estado como prioritário, além da diminuição de influência externas. Tal fenômeno ficou conhecido como “Onda Vermelha”.

A tabela a seguir faz ligações, em ordem cronológica, dos golpes militares ocorridos na América do Sul com os diferentes mandatos dos presidentes dos EUA durante as décadas de 1950 e 1960:

Tabela 1: Golpes de Estado na América do Sul em Comparação Histórica com Mandatos dos Presidentes Estadunidenses

País						
Argentina	1955	1962	1966		1976	
Bolívia			1964	1971		1980
Brasil		1964				
Chile				1973		
Equador				1972		
Paraguai	1954					
Peru			1968		1975	
Uruguai				1973		
Presidentes dos Estados Unidos Por Período de Mandato						
	Eisenhower / Kennedy /	Lyndon Johnson /	Richard Nixon /	Gerald Ford /	Jimmy Carter	
	1953 a 61	1961 a 63	1963 a 69	1969 a 74	1974 a 77	1977 a 81

Fonte: Gesteira, 2014, p. 05.

Na década de 1960, alguns governos ditatoriais acabaram obtendo grande popularidade devido ao relativo crescimento econômico que conseguiram alcançar. Ligados ao grande capital internacional, destacadamente às diretrizes dos EUA, as ditaduras latino-americanas tinham os investimentos necessários para fortalecer suas economias. Todavia, essa inserção na ordem neoliberal não garantiu um avanço nos

indicadores sociais, principalmente em relação aos grupos que tinham menos privilégios na sociedade; então, os países mantinham percentuais econômicos notáveis, mas estavam cada vez mais distantes de garantir as questões sociais⁸.

No final da década de 1970, com o crescimento da oposição, as ditaduras da América Latina aparentavam os primeiros sinais de fraqueza. Internacionalmente, havia um cenário favorável à redemocratização das instituições políticas. Os EUA foram derrotados na Guerra do Vietnã⁹ (1959-1975) e com a ascensão de Jimmy Carter (1977-1981) à presidência, ocorreu uma grande pressão para contrapor-se às doutrinas autoritárias na América Latina. A própria Igreja Católica, na região latina, começou a criticar de maneira mais forte os abusos cometidos por tais governos.

Após 1970, a intensidade dos sentimentos revolucionários afetou os Estados recém-descolonizados ou recém-criados da América Latina, os quais sofreram guerras e movimentos militantes dentro de seu território e houve também o surgimento de frentes nacionalistas. Um exemplo foi a própria revolução cubana, o qual marcou o início de uma nova política norte-americana baseada nas intervenções militares em seus países “clientes”. Os soviéticos, em resposta, inauguraram a mesma política, intervindo nos países sob sua influência (SERRANO; MACIEL; LIMA, 2018).

A desigualdade entre os países ricos e pobres aumentava continuamente. Na década de 1970, o Produto Nacional Bruto (PNB) dos países ricos era de 14,5 vezes o dos pobres; na década de 1990, essa diferença chegou a 24 vezes. O movimento migratório da mão de obra em direção aos países centrais se multiplicava na mesma proporção em que a moeda dos países “clientes” se desvalorizou (SERRANO; MACIEL; LIMA, 2018).

Ao analisar a Renda Nacional Bruta (RNB)¹⁰ dos Estados Unidos e de Cuba nas décadas de 1980 e 1990, diante dos dados fornecidos pelo Banco Mundial, esta

⁸ JUNIOR MARTINS, L. Ditaduras na América Latina. Globo.com. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/historia/assunto/guerra-fria/ditaduras-na-america-latina.html>>. Acesso em: 12 de abr de 2019.

⁹ A guerra do Vietnã foi um conflito em busca da unificação do Vietnã do Norte (apoiado pela China e URSS) com o Vietnã do Sul (apoiado pelos EUA). Os EUA entraram de fato no conflito nos últimos 8 anos, onde iniciou fornecendo armamentos e conselheiros. Foi em 1964 que as primeiras tropas foram enviadas de fato para o país asiático e sua postura bélica adotada foi de utilizar bombas (como napalm) e armas químicas. Apenas em 1973 foi anunciado um cessar-fogo pelo governo estadunidense e esta guerra é vista como a pior derrota do país, uma vez que houveram muitas mortes americanas e vietnamitas (LIMA, 2019).

¹⁰ Renda Nacional Bruta (RNB) é o somatório do valor adicionado por todos os produtores residentes com todos os impostos sobre produtos (exceto subsídios) não incluídos na avaliação do produto mais entradas líquidas de renda primária (remuneração de empregados e renda de propriedade) do exterior (INDEX MUNDI, 2020).

diferença citada acima fica perceptível. Enquanto os EUA cresceram, em média, 107% de uma década para outra, Cuba cresceu apenas, em média, 43%¹¹. Vale reforçar que a renda Nacional é um indicador macroeconômico importante, uma vez que fornece uma análise do panorama econômico de uma sociedade, ou seja, a partir dele é possível avaliar o desenvolvimento social e econômico de um Estado¹².

Imagem 1: Renda Nacional Bruta (RNB) nas décadas de 1980 e 1990.

Nombre del país	Año Más Reciente	Valor Más Reciente (Millones)
Estados Unidos	1980	2.847.055,00
Cuba	1980	19.531,41

Nombre del país	Año Más Reciente	Valor Más Reciente (Millones)
Estados Unidos	1990	5.902.290,00
Cuba	1990	28.034,94

Fonte: Banco Mundial (2023).

Nesse momento, no início dos anos 1990, os defensores dos governos de esquerda apontavam que a sociedade capitalista gerava relações materiais e sociais que dividiam a população em classes antagônicas: uma que desfrutava dos benefícios do poder e outra que sofre as suas consequências mais nefastas. Embora a proposta fosse garantir o bem-estar material de toda a população, apenas alguns conseguiam. Para que ocorresse uma mudança nesse cenário, era preciso que houvesse uma nova orientação moral e para tanto eram necessárias mudanças profundas na consciência coletiva e, principalmente, nas estruturas sociais em relação a suas relações de

¹¹ BANCO MUNDIAL. **Ingreso nacional bruto (ING) (US\$)**. 2023. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GNP.MKTP.CD?end=1990&start=1980>>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.

¹² CAMPOS, M. Renda Nacional. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/renda-nacional.htm>>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

produção e do poder. Não seria possível o advento de novos valores se não existirem condições propícias para tal (PASSOS, 2012).

A América Latina vivia então o fenômeno conhecido como “onda vermelha”, no qual marca a subida ao poder de diversos governantes de esquerda. O marco foi a eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela, em 1998. Essa ascensão foi vista como um efeito do fracasso de sucessivos governos conservadores, que eram apoiados pelos EUA, em resolver problemas sociais e econômicos (BRANDÃO, 2010).

2.3 Tentativa de estabelecer relações diplomáticas com a América Latina

De acordo com Santos (2021), as relações entre EUA e América Latina, desde a segunda metade do século XX, são marcadas por um contexto de relações hegemônicas de poder. Esta hegemonia foi sendo adaptada ao longo das décadas, levando em consideração os tipos de ajustes na ação política que deveriam ser adotados diante do cenário internacional existente, para garantia desta relação de poder.

Desde a ascensão de Obama à presidência, foi sendo criada uma expectativa para a América Latina, visto que ele deixou em aberto uma possibilidade de construir uma relação interamericana mais aproximada em termos de cooperação com a região latina, diferente do que se tinha na época da Guerra Fria e de seu pressuposto hegemônico (COLOMBO, FRECHERO, 2012, p. 191). A expectativa na América Latina era de que houvesse uma maior cooperação político-econômica com os EUA, assim como mais investimentos e suporte às autonomias dos Estados latinos (FORNER, PECEQUILO, 2017).

Uma prova disso foi o discurso de Obama em sua candidatura presidencial, em maio de 2008, na ‘Cuban American National Foundation’, o qual foi nomeado como “Renewing U.S. Leadership in the Americas¹³”. Nele o candidato buscou “capitalizar o importante voto latino ao criticar o desempenho hemisférico de Bush” (COLOMBO, FRECHERO, 2012, p. 192) e “embora os países da região não representem problemas urgentes para os Estados Unidos, alguns deles, especialmente o México,

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dxxrhWTZoBP8>>. Acesso em: 15 de mai de 2023.

são cada vez mais importantes para o futuro da América do Norte” (apud COLOMBO, FRECHERO, 2012, p. 193).

No seu primeiro mandato, Obama deixou a América Latina em um papel secundário na sua agenda geral da presidência, pois ele tinha outras prioridades, como a crise econômica e a atuação nos conflitos do Afeganistão (2001-2014) e Iraque (2003-2011). Sendo assim, ficou disposto poucos recursos para América Latina e o foco foi promover a democracia e a liberdade econômica (FORNER, PECEQUILO, 2017).

Dentre as alterações buscadas da política externa dos EUA para América Latina, se faz necessário analisar os seguintes instrumentos: a (1) imigração, (2) ajuda econômica, (3) ajuda geopolítica e o (4) comércio internacional. Pois, estes são os pontos principais das falas de Obama em seus discursos para Assembleia Geral das Nações Unidas e na Cúpula das Américas do período de 2009 a 2012. Conforme pode ficar evidenciado na Tabela 2:

Tabela 2 - Aparição dos instrumentos ao longo dos anos nos discursos

Instrumentos/ Discursos - Ano	2009		2010	2011	2012	
	ONU	V Cúpula	ONU	ONU	ONU	VI Cúpula
1. Política de imigração		X				X
2. Ajuda econômica;	X	X		X		XX
3. Ajuda geopolítica;	XX	X	X	X	X	X
4. Comércio Internacional;	X	X	X	X	X	X
5. Sanções;	X			XX	X	
6. Mobilização/ instalação de forças militares	XX		XX	X	XXX	
7. Gastos domésticos em defesa.						

Fonte: GUIMARÃES (2019, p. 32)

Na tabela 2 é importante sinalizar que as marcações destinadas à ONU não dizem respeito exclusivamente a medidas de ações imputadas à América Latina, e sim, a forma adotada pelos EUA para lidar com todo o mundo. Em contrapartida, as falas adotadas na Cúpula das Américas são destinadas exclusivamente à região.

Como é possível visualizar acima na tabela, em especial nas falas adotadas na Cúpula, todos os temas tratados reforçam as falas de Forner e Pecequilo (2017) o qual defendem que as políticas externas adotadas pelos EUA para região eram mais com o intuito de promover investimentos em assuntos que fizessem com que eles

continuassem sua hegemonia diante dos “países vizinhos” na América Latina enquanto imputaram seus principais recursos para assuntos na Eurásia.

2.4 A ‘Onda Vermelha’ nos governos da América Latina, em especial no Cone Sul

Durante a década de 1980 houve um predomínio de Governos Militares, a exemplo dos Presidentes Videla (1976-1981) na Argentina, García Meza (1980-1981) na Bolívia, Figueiredo (1979-1985) no Brasil, Pinochet (1974-1990) no Chile, Stroessner (1954-1989) no Paraguai, Morales (1975-1980) no Peru e Alvarez (1981-1985) no Uruguai. Somente a Venezuela tinha com Herrera (1979-1984) um governo de Direita Moderada, a Colômbia de Turbay (1978-1982) e o Equador de Roldós (1979-1981) tinham representantes que podiam ser considerados de Esquerda Moderada (CASTILLO, 2008).

A partir da década de 1990, a região do Cone Sul desenvolveu-se politicamente para uma abertura democrática eleitoral. Segundo Clem (2007) existe uma tendência para governos de Centro e Moderados: Menem (1989-1995) na Argentina, Rodríguez (1989-1993) no Paraguai, e Lacalle (1990-1995) no Uruguai eram de Direita Moderada, Collor de Mello (1990-1992) do Brasil de Direita, Pérez (1989-1993) da Venezuela como Centro (ou indefinido) e Paz Zamora (1989-1993) da Bolívia, Aylwin (1990-1994) do Chile, Gaviria (1990-1994) da Colômbia, Borja (1988-1992) do Equador, e García (1985-1990) do Peru eram de Esquerda moderada.

No México, vale analisar o desempenho de Manuel López Obrador, do PRD (Partido da Revolução Democrática), o qual conseguiu algo inédito para a centro-esquerda mexicana, desde o governo do general nacionalista Lázaro Cárdenas (1933-1940). Mesmo após 18 anos de governos neoliberais, a população mexicana estava descontente com as desigualdades e focou ainda mais os destinos do país ao de seu vizinho poderoso, os Estados Unidos. Mesmo com a derrota de Obrador por 0,57% dos votos (35,88% a 35,31%) a eleição contou com o maior índice de votos já obtido pela esquerda no país em várias décadas.

De acordo com Maringoni (2006), o Brasil apresentou um caso sintomático no qual os brasileiros demonstravam uma notória condenação à gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que, durante oito anos, vendeu cerca de US\$ 100 bilhões em ativos públicos. Além disso, houve também uma maior abertura do país à especulação desenfreada, o sucateamento da infraestrutura (do qual o apagão

de 2001 é o melhor exemplo) e produção de, pelo menos, duas crises cambiais de grandes proporções, em 1999 e em 2002. A partir de então a população começou a apoiar representantes que demonstravam maior cuidado e proteção às causas sociais.

A partir de 2000, ocorreu a radicalização à Esquerda de Chávez (1999-2013) na Venezuela, os governos de Esquerda Moderada: De La Rúa (1999-2001) em Argentina, Lagos (2000-2006) no Chile, Battle (2000-2005) no Uruguai, Noboa (2000-2003) no Equador considerado como de Centro (ou indefinido), Banzer (1997-2001) da Bolívia, Cardoso (1995-2003) do Brasil, Pastrana (1998-2002) da Colômbia, e González Macchi (1999-2003) do Paraguai considerados por Clem (2007) como de Direita Moderada e Fujimori (1990-2000) do Peru foi considerado de Direita.

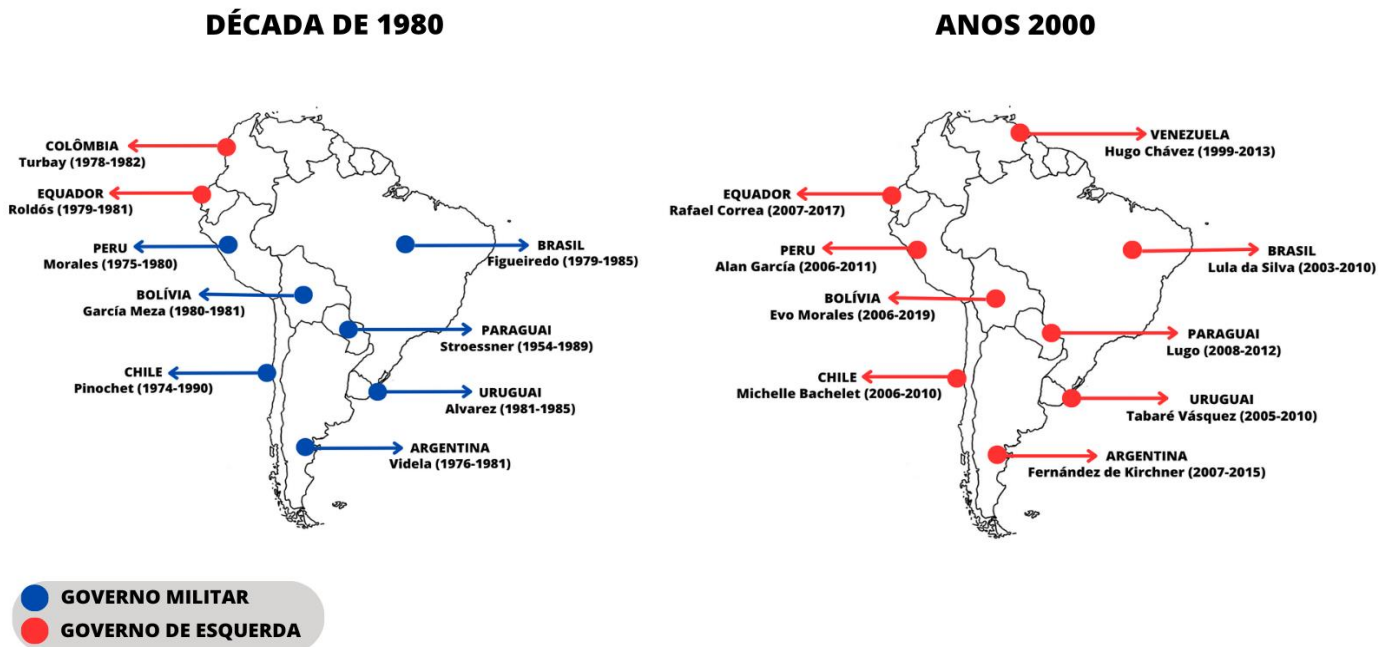
Em 2008, a onda vermelha da América do Sul foi mais abrangente e nota-se que, naquele momento, ao menos quatro governos eram de esquerda: Evo Morales (2006-2019) na Bolívia, Rafael Correa (2007-2017) no Equador, Tabaré Vázquez (2005-2010) no Uruguai, e Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela. Fernández de Kirchner (2007-2015) na Argentina, Lula da Silva (2003-2010) no Brasil, Michelle Bachelet (2006-2010) no Chile e Alan García (2006-2011) no Peru são de Esquerda moderada, como também pode ser considerado o Presidente eleito do Paraguai Lugo (2008-2012), sobrando apenas Álvaro Uribe (2002-2010) da Colômbia, considerado de Direita (CASTILLO, 2008).

Mesmo que a onda de esquerdização na América do Sul tenha em comum a tomada do poder através de processos de eleições razoavelmente livres e organizadas dentro dos padrões da democracia eleitoral, as causas para tal ascensão são variadas para os diferentes países. Para Knox (*apud* Castillo, 2008), a esquerdização originou-se como uma reação ao Consenso de Washington¹⁴. Dentre as recomendações estavam inclusos o aumento de impostos, o controle estrito dos gastos públicos, a liberalização do comércio exterior e a realização de privatizações de empresas estatais consideradas grandes e ineficientes, como telecomunicações, energia, água e saneamento.

¹⁴ Ganhou a nome de "Consenso de Washington" uma reunião organizada sob a orientação do governo dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e alguns bancos internacionais que incentivou um conjunto de reformas institucionais voltadas a garantir a liberalização da economia na América Latina e no Caribe nos anos 90 (MORAES, 2001).

Para facilitar a visualização da transição do Cone Sul para 'Onda Vermelha', desenhei o mapa a seguir:

Imagem 2: Transição do Cone Sul: do Militarismo à Onda Vermelha.



Fonte: criação própria, baseada em Castillo, 2008.

Conforme fica exposto no primeiro mapa acima, na década de 1980 dos 13 países evidenciados 07 eram de governos militares - o que corresponde a 54% do território do cone Sul - e apenas 02 eram de esquerda. Por outro lado, ao analisar os anos 2000 o percentual de países com governos de esquerda aumenta e passa para 69%, o que significa que das 13 nações presentes no Cone Sul, neste período, 09 eram de esquerda.

Maringoni (2006) afirma que a melhor maneira de verificar esta oposição ao neoliberalismo na América Latina não pode ser apenas o comportamento dos governos gerados pela onda eleitoral iniciada em 1998. Foram gestões muito diferentes entre si e nenhuma busca seriamente construir uma alternativa à etapa neoliberal do capitalismo. Sendo assim, o parâmetro de avaliação deve estar nas vontades dos eleitorados dos diversos países. Diante do exposto acima, fica evidente

a queda de influência política do governo norte-americano nos países da América Latina, especialmente no Cone Sul.

3 A POLÍTICA EXTERNA ADOTADA PELOS EUA NO PÓS 11 DE SETEMBRO: UMA ANÁLISE GLOBAL E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA CUBA

Os atentados de 11 de setembro de 2001 atacaram o centro financeiro dos Estados Unidos (World Trade Center, localizado em NYC) e atingiram seu centro militar (Pentágono, em Washington, DC), deixando, assim, consequências desse ataque. Algumas respostas norte americanas ao ataque organizado pela al-Qaeda incluem conflitos no Oriente Médio e Sul da Ásia; aumento da segurança e vigilância aeroportuárias; além de uma constante percepção de ameaça, proveniente de um inimigo invisível (FERREIRA, 2014).

Os debates de segurança no início do século XXI foram influenciados pelo marco terrorista do 11 de setembro. O atentado marcou uma reviravolta na história das relações e da segurança internacional, não só por causa da quantidade de óbitos ou pelos meios utilizados no ataque, mas, principalmente, por ter sido uma grande iniciativa dirigida ao território dos Estados Unidos, que correspondia à potência hegemônica de um mundo que era configurado como unipolar desde o final da Guerra Fria.

A partir do atentado do 11 de setembro de 2001 deu-se início a Doutrina Bush, a qual é uma doutrina geopolítica antiterrorista que foi iniciada no governo do presidente George W. Bush, na qual teve como foco central o combate ao terrorismo internacional (OLIC, 2005). Dessa forma, foram realizadas coalizões de forças, que tinham os EUA como líder, para combater esse “mal”.

A estratégia previa a atuação tanto no âmbito externo, na forma de concessão de poderes ao presidente para atacar grupos terroristas ou Estados hostis em qualquer lugar do mundo, quanto no âmbito interno, na medida em que criou instrumentos legais de controle das atividades individuais, especialmente quanto aos imigrantes (ALVES PEREIRA, 2006).

Onze meses após os ataques terroristas, o então presidente discursou no Mt. Rushmore, o qual representava um cenário dramático e profundamente simbólico para promover seu plano de construir um novo Departamento de Segurança Interna, o qual

buscava centralizar mais de cem agências governamentais previamente separadas em uma única instituição.

Além da coordenação dos esforços de segurança interna nos níveis federal, estadual e local e com as agências públicas e privadas, o departamento deveria ter quatro tarefas principais: análise de informações e proteção de infraestrutura; desenvolvimento de produtos químicos, contramedidas biológicas, radiológicas, nucleares e correlatas; fornecimento de segurança de fronteira e transporte; e, finalmente, prontidão e resposta a emergências (HOZIE, 2006).

O Presidente Bush declarou em sua mensagem

Hoje nossa Nação deve mais uma vez reorganizar nosso governo para proteger contra um inimigo muitas vezes invisível, um inimigo que se esconde nas sombras e um inimigo que pode atacar com muitos tipos diferentes de armas e a melhor maneira de proteger a pátria, a melhor maneira de garantir que nossos filhos possam crescer livremente, é caçar os assassinos, um a um, e levá-los à justiça (WHITE HOUSE, 2002)¹⁵.

Bush também utilizou uma nova visão culturalmente transformadora de seu governo, que sugeria que a identidade individual e o interesse próprio da cidadania americana nesta Era pós-11 de setembro deveriam se tornar subservientes aos interesses do Estado (HOZIE, 2006). Em consonância com os objetivos centrais do governo norte-americano, algumas medidas de cunho político foram adotadas, as quais correspondem a Guerra ao Terror¹⁶ e o Ato Patriota¹⁷.

A ideia central da guerra ao terror é a de evitar o acontecimento de um outro ataque terrorista no território norte-americano ou em outros locais de influência estadunidense; além disso, tem o intuito de “interceptar o terrorismo por meio da união dos americanos e do fortalecimento da América” (DUARTE, 2011, p. 05).

O Ato Patriota permitiu nos Estados Unidos “melhorias para a aplicação de ferramentas de investigação judicial”, qualquer cidadão, suspeito ou sob suspeita de

¹⁵ Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/08/20020815.html>>. Acesso em 05 de jun de 2023.

¹⁶ A Guerra ao Terror foi uma iniciativa militar dos EUA, com apoio dos seus parceiros ocidentais, que tinha a intenção de lutar contra o terrorismo. Seu primeiro foco foi o Afeganistão (SOUZA, R. & BARBOSA, A. 2021).

¹⁷ O Ato Patriota foi um decreto assinado em 26 de Outubro de 2001, o qual permitia, entre outras medidas, que os órgãos de segurança e inteligência dos EUA tivesse acessos às ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas que possivelmente estivessem envolvidas com o terrorismo, sem precisar de uma autorização da Justiça. Disponível em: <<https://www.oarquivo.com.br/temas-polemicos/historia/5411-ato-patriota-dos-eua.html>>. Acesso em: 02 de jun de 2023.

terrorismo pode ser espionado, inclusive por escutas telefônicas, quebra de sigilo bancário, invasão de residência a qualquer hora, diurna ou noturna, além de estar sujeito a interrogatórios sem direito a defesa e julgamentos de quaisquer espécies. Tanto o Ato Patriota quanto as ordens militares, promulgadas em 13 de novembro de 2001, transformam medidas excepcionais em medidas jurídicas, fazendo do estado de exceção “uma forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (DUARTE, 2011, p. 05).

O governo Bush também utilizou a indústria de entretenimento, a fim de ganhar incentivo do público sobre as atitudes que tomava. Nesse momento, há uma insistência midiática sobre "guerra invisível" e "inimigos invisíveis". Ele também relativizou a noção da verdade, tornando quase impossível para os seus adversários provar - apesar de suas tentativas persistentes - que a Administração já se engajou na produção de mentiras (HOZIE, 2006).

Bush, em 2001, no seu discurso no dia do ataque, salientou aos cidadãos americanos que a sua nação foi atacada pelo mal, que foi representado através do terrorismo. A partir desse momento, o discurso do presidente dos EUA foi utilizado como ferramenta estratégica para lutar contra o terrorismo.

A partir do 11 de setembro ocorreram dois processos simultâneos: 1- Sobre a administração de George W. Bush, onde os EUA adotaram uma política global agressiva contra os inimigos percebidos e os líderes latino-americanos sofreram certa pressão dos EUA para os apoiarem durante essa “guerra ao terror”; 2- Conservadorismo, no qual os governos a favor do livre comércio na América Latina foram substituídos por governos de esquerda ou centro-esquerda, que eram desconfiados dos EUA e as vezes hostis a política por eles adotada (WEEKS, 2016).

Ainda na administração de George W. Bush, dois importantes programas foram elaborados para afetar o sistema político cubano. O primeiro deles, *Iniciativa para uma nova Cuba*, que previa medidas para mudar o sistema político de Cuba na direção do modelo político norte-americano. A ação desse programa estava concentrada no propósito de planejar e orientar uma rápida e pacífica transição para a democracia. O segundo programa, elaborado em 2002, adotou uma nova estratégia para Cuba, em que o programa anterior passou a integrar as novas medidas, conhecidas como Comissão de Assistência para uma Cuba Livre [Commission on Assistance to a Free Cuba – CAFCL] (MEUCI, 2013).

Bush, em sua política inflexível contra Cuba, afirmou que os EUA continuariam a estabelecer sanções econômicas em Cuba até que o governo cubano se empenhasse em desenvolver uma reforma dentro de seu Estado. Assim, o embargo passou de uma ferramenta política para simplesmente uma medida punitiva (WEEKS, 2016).

O então presidente norte americano, em 2001, anunciou diversas medidas contra a ilha, a qual aumentava as restrições existentes. Ele também reforçou que continuaria mantendo sua postura em busca do respeito aos direitos humanos e da implementação da democracia. Com este intuito, Bush ofereceu apoio aos ativistas dos direitos humanos, aos opositores políticos de Fidel e a manutenção da rádio e TV Martí – que atuavam a favor da contrarrevolução (SÁNCHEZ-PARODI, 2011).

3.1 Mudança para o governo Obama: uma nova visão adotada para América Latina e Cuba

Sucessor de Bush, Barack Obama foi eleito em 2008, sob uma campanha que tinha promessas otimistas para efetuar as "mudanças nas quais podemos acreditar". Ele se comprometeu em acabar com o envolvimento dos EUA em guerras impopulares no Oriente Médio, conversar com os inimigos, fechar a prisão de Guantánamo e realizar uma reforma abrangente da imigração que abordaria o status de quase dez milhões de indivíduos indocumentados de origem latino-americana dentro do território norte americano (HERSHBERG, 2016).

De acordo com Dueck (2011), a grande estratégia dos EUA, durante a administração Obama, se baseou na perspectiva de acomodação. Onde o presidente acreditava que as rivalidades internacionais poderiam ser acomodadas pelo exemplo norte-americano e por sua própria liderança pessoal.

Com a proposta de "refazer a América", Obama conseguiu alcançar reformas liberais ou progressivas em diversas áreas da política doméstica, a exemplo da saúde pública e da regulação financeira, o que teve inúmeras implicações para a grande estratégia norte-americana. Os recursos estavam sendo realocados, aos poucos, dos gastos com segurança nacional para os econômicos e sociais domésticos, e, particularmente diante do quadro de crise econômico-financeira advinda da segunda metade da década de 2000, se fez necessário evitar novos compromissos internacionais custosos (JESUS, 2014).

As possíveis trocas de comunicação entre Obama e presidentes latino-americanos concentraram-se, especialmente, em Cuba. Então, a ausência do presidente Raúl Castro na Cúpula de 2012, que não havia sido convidado por causa da insistência dos EUA em que a Carta Democrática Interamericana impedisse sua presença, fez com que os EUA fossem “mal vistos”, porque estavam perpetuando políticas para Cuba e para a região como um todo que eram um exemplo lamentável dos comportamentos da Era da Guerra Fria (HERSHBERG, 2016).

Hershberg (2016) complementa que a Cúpula foi declarada um fracasso, e vários presidentes latino-americanos deixaram claro que não participariam da próxima Cúpula, prevista para o Panamá em abril de 2015, se o presidente cubano não fosse convidado. O desastre de Cartagena foi um ponto crucial e determinante para as interações da administração de Obama com as administrações latino-americanas, pois demonstrou ao presidente dos EUA que sua própria credibilidade na região estava sendo minada pela contínua intransigência em relação a Cuba.

A política norte-americana, historicamente, tem utilizado mais o ‘hard power’ em sua relação com a América Latina o que resultou em preocupações dos governos latino-americanos com os EUA (WEEKS, 2016). Especialmente após o 11 de setembro de 2001 a atenção presidencial dos EUA focou principalmente em seus inimigos declarados, mas isso não significava que a América Latina estava sendo ignorada.

Quando Obama assumiu, ele prometeu um novo caminho para com a política da América Latina. E ele argumentava em seus discursos que era hora de realizar uma diplomacia direta que dialogasse com seus amigos e inimigos [como Cuba]. Ele também afirmou que era necessário reduzir a tensão com os adversários e rejeitar o uso da força como meio para provar apenas a credibilidade norte-americana; ou seja, o multilateralismo era preferível. Em sua primeira estratégia de segurança nacional, em 2010, ele declarou uma oferta aos governos adversários: os Estados deveriam respeitar os acordos internacionais e alcançar os benefícios políticos e econômicos que vêm com uma maior integração da comunidade internacional; e se recusarem tal oferta, deveriam assumir a consequência dessa decisão, que incluía um maior isolamento (WEEKS, 2016).

A América Latina passa então a ter uma força global e suas tendências políticas subjacentes na região e a mudança de configuração das instituições regionais e

alianças, operaram juntos para desgastar a influência dos EUA na região latina, embora, possivelmente, apenas temporariamente (HERSHBERG, 2016).

A primeira mudança aconteceu devido a diminuição da importância da economia dos EUA como determinante do bem-estar na América do Sul e um declínio na influência de suas instituições econômicas. Outro fator foram as chamadas "voltas à esquerda" nos sistemas políticos latino-americanos, que começaram no final da década de 1990 e foram aceleradas até meados da primeira década deste século. Por fim, a alteração das instituições regionais também foi um fator importante. Em conjunto, essas tendências institucionais, econômicas, políticas e intergovernamentais combinaram não só para reduzir a influência dos EUA, mas também, indiscutivelmente, para diminuir o interesse de Washington na América Latina (HERSHBERG, 2016).

Em maio de 2015, o Departamento de Estado dos EUA retirou Cuba da sua lista de "Estados Patrocinadores do Terrorismo". Naquele momento ficou acertado que embora "os EUA tenham preocupações e desentendimentos significativos com as políticas e ações de Cuba, estas estão fora dos critérios relevantes para a rescisão de um Patrocinador Estadual de Terrorismo" (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 2015). A partir desse momento, a primeira linha de ação dos EUA passou a diplomacia de princípios e "olhos claros", combinada com o papel principal de desenvolvimento da defesa e interesses norte-americanos (ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL, 2015, p. 04).

Mesmo com o histórico de hostilidade entre os países, as relações diplomáticas se modificaram a partir do primeiro governo de Barack Obama, em 2009, o que permitiu uma melhoria na integração da comunidade internacional (WEEKS, 2016). Pode-se observar tal afirmação em 2011, no qual o Congresso do Partido Comunista Cubano aprovou o programa de reestruturação econômica do país, em que foi reformada a Lei de Migração de Cuba, a qual eliminou as restrições que complicaram tanto a saída quanto a entrada de seus cidadãos do país (TAMAGNINI, 2013).

4 ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA

A relação entre Estados Unidos e Cuba vem sendo marcada por uma forte tensão desde a Revolução Cubana de 1959 (GONÇALVES; SANTOS, 2021), visto que, depois do movimento popular derrubar o ditador Fulgencio Batista, aliado de Washington, o novo governo comandado por Fidel Castro iniciou um período de nacionalização de bens e empresas.

Ainda de acordo com Gonçalves e Santos (2021) estas medidas não foram bem vistas pelos EUA, com quem Cuba mantinha uma relação bastante próxima até o momento. Tal descontentamento levou os EUA a promover uma invasão em Cuba, conhecida como a Invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Todavia, neste conflito os cubanos se saíram melhor e conseguiram derrotar os invasores (KAPCIA, 2010).

Após o episódio frustrado de invasão, foi iniciado o bloqueio comercial dos EUA para Cuba e tal atitude incitou o governo de Castro a se aproximar da União Soviética (URSS) no contexto da Guerra Fria. O embargo se tornou uma lei americana em 1996, com o então presidente Bill Clinton¹⁸, o que dificultou ainda mais a relação entre os dois países e a estratégia de isolar a ilha cubana foi seguida a partir de então pelos próximos presidentes (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014).

Para Ayerbe (2004, p. 49), essa tentativa na Baía dos Porcos explicitava a disposição do governo estadunidense em adotar medidas mais extremas para em situações de não alinhamento de algum Estado com os seus interesses. Além disso, também foi expandida a radicalização na agenda bilateral.

Outro exemplo que pode ser citado foi a adoção da Operação Mangusto - também conhecida como Operação Mongoose - na qual segundo Brenner, Jiménez, Kirk, LeoGrande (2015, p. 66), eram compostos por quatro elementos, sendo eles:

- (1) terrorismo, propagado por agentes da CIA e por cubanos contrarrevolucionários apoiados pelo governo de Washington, que realizavam as sabotagens e incursões militares; (2) isolamento político, viabilizado pela suspensão de Cuba da OEA; (3) estrangulamento econômico, realizado

¹⁸ O embargo econômico dos EUA em relação à Cuba foi inicialmente imposto em 1962, no governo de John Kennedy, o qual emitiu a Proclamação 3447 que era uma ordem executiva. Tal medida foi implementada utilizando como justificativa a Lei de Assistência Externa (Foreign Assistance Act, ou FAA), a qual foi aprovada pelo Congresso em 1961 e autorizava ao presidente impor essas sanções até que o governo cubano indenizasse os cidadãos norte-americanos pelas nacionalizações que vinham gerando prejuízos financeiros para eles. Foi apenas com o governo de Bill Clinton que houve a formalização de leis, sendo elas a Lei da Democracia Cubana (1992) e a Lei de Solidariedade pela Liberdade e Democracia de Cuba (1996) as quais reforçaram o embargo (ELVERDÍN, 2021).

através da implementação do embargo; (4) intimidação militar, colocada em prática através da ação da marinha estadunidense, que promoveu diversos exercícios militares no Caribe a partir de 1962 e por vezes simulavam invasões na ilha.

Mesmo com todas estas tentativas estadunidenses de desestabilizar o governo Cubano, não houve êxito em derrubar o governo de Fidel. Um dos motivos, segundo Domínguez (1978, p. 83) está diretamente ligado à política externa cubana, pois ela é um dos principais êxitos da Revolução. Ainda que essa percepção esteja ligada ao contexto da Guerra Fria, ela também pode ser aplicada para o período pós-confronto bipolar, tendo em vista que as lideranças diplomáticas, incluindo Fidel Castro, foram capazes de expandir e de consolidar relações com outros Estados, independente se o cenário - doméstico ou internacional - era propício ou não.

Com o governo de Raúl Castro, Cuba iniciou uma abertura e reformas econômicas em 2011, o que levou, após 2012, Washington a considerar uma nova viabilidade para aproximação gradativa com a ilha (LEOGRANDE, 2015). Ademais, era possível observar uma mudança também na mentalidade da comunidade cubano-americana, vide fomentação pelos ativistas mais jovens, que não estavam presentes na Revolução Cubana e se mostraram mais abertos a um diálogo com os EUA. Tais fatores favoreceram a manobra de aproximação de Obama (SANTORO, 2010).

O processo de aproximação fomentado por Obama foi gradativo, no qual iniciou desde sua primeira campanha à presidência. Onde, como ainda senador de Illinois, discursou para a Fundação Nacional Cubano-Americana (em inglês, CANF), onde repreendeu as medidas impostas pelo governo Bush (2001–2008), as quais limitavam as transações financeiras entre cubano-americanos e familiares em Cuba, assim como afirmou sua busca por pressionar o governo cubano a adotar mudanças democráticas (GONÇALVES; SANTOS, 2021).

Alguns dias antes de Obama chegar à Cúpula das Américas, em 2009, o então presidente eleito buscou cumprir sua promessa de campanha e validar sua busca pelos interesses da comunidade cubano-americana ao retirar as restrições impostas por Bush. Com tal atitude pode-se compreender, levando em conta o conceito de *interesse de Milner* (1997), o qual evidencia que Obama não tinha como principal intuito a busca de uma nova abordagem para Cuba e sim a intenção de promover mudanças democráticas em Cuba de maneira delicada e gradativa.

Devido à sociedade estadunidense conseguir pressionar os governos através de grupos de interesses, organizados em lobbies¹⁹, a fim de influenciar as decisões do Executivo e Legislativo, no início do governo de Obama ficou evidente que ele tentou assegurar os interesses do tradicional lobby cubano-americano, o qual defendia essa cooperação entre os Estados (GONÇALVES E SANTOS, 2021).

Ainda de acordo com os autores, esta esperança de reaproximação começou a apresentar controvérsias quando o americano Alan Gross (contratado pela USAID²⁰ e principal representante dos EUA pela defesa das mudanças democráticas em Cuba) foi preso e Obama se viu pressionado pelos lobbies estadunidenses em não apoiar o Senador John Kerry que buscava conversar diretamente com o governo cubano a fim de reestruturar os programas da USAID em troca da libertação de Gross. A partir disso, ele criou desconfiança por parte dos cubanos.

4.1 Fatores que contribuíram para relações bilaterais entre os Estados

A percepção da importância geográfica de Cuba para os interesses dos EUA vem sendo fomentada, principalmente, desde a Doutrina Monroe - que defende a lógica da “América para os americanos”, na qual é uma das primeiras manifestações de hegemonia continental dos EUA, o qual pautou sua visão de segurança estar interligada à segurança dos demais países da região (AZEREDO, 2022).

Dessa forma, por meio da cooperação e expansão da democracia, tinha-se o intuito de ter autonomia e uma diferença do sistema americano com os de valores europeus, seja ele no cenário político, social e econômico. Além disso, outro objetivo era inibir a influência de poderes extrarregionais e proporcionar uma estabilidade regional, de forma a atender aos interesses estadunidenses (PECEQUILO, 2013, p.38; idem, 2011, p. 66-73).

Conforme exposto acima, Pecequilo (2013, p. 2-6; 2011, p. 29-76) argumenta que tal estratégia está ligada a um conjunto de ideias, tendências e temas, que emergiram junto com a república, em 1776, e se encontram presente na Declaração de Independência dos EUA. Este aglutinado de elementos, direcionam as ações

¹⁹ Lobby é, segundo Souza, M. (2011, p. 02) “um grupo de pessoas ou organizações que têm como atividade buscar influenciar, aberta ou secretamente, decisões do poder público, especialmente do poder legislativo, em favor de determinados interesses privados. Pressões e manipulações exercidas por lobbies também são observadas em outras instâncias do poder público (Executivo, Judiciário), e também sobre os meios de comunicação”.

²⁰ USAID significa Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

externas do país independente do período analisado, o qual irá apenas variar em termos de mudança de ajuste (apresentando maior ou menor intensidade) e mudança no programa (alteração nos métodos e meios).

O fator físico-geográfico, que marca uma alta proximidade entre as nações, deixa evidente um quesito importante para a interação bilateral: mesmo que os territórios não sejam geograficamente ligados, os mesmos compartilham uma fronteira marítima importante (ALZUGARAY-TRETO, 2017, p.64). Sendo assim, caso haja questões climáticas que afetem um destes países, pode ser reverberado no outro, o que acaba demandando uma cooperação nos esforços para manejar situações de desastres naturais (SÁNCHEZ-PARODI, 2011).

De acordo com Azeredo (2022), esta mesma proximidade também facilitou o intercâmbio histórico, cultural, social, comercial e migratório de pessoas. Todavia, há uma disparidade de recursos e qualidade de vida entre os países, o que facilitou as intervenções advindas dos EUA para Cuba.

A ilha possui também algumas vantagens comparativas, sendo elas: posição geográfica propícia para instalação de portos, estabilidade em sua situação climática, fertilidade do solo e alto índice de recursos materiais e humanos (MOLINA, 2005, p.12).

Outro fator importante é a política externa cubana, pois diante do cenário de intensificação do isolamento político e econômico no cenário internacional atrelado à ruptura das relações diplomáticas e comerciais com os aliados do bloco soviético, fez-se necessário analisá-la assim como sua rede de interação no âmbito global (SILVA, 2018, p. 702).

Segrera (2017, p.32) pontua que mesmo durante este processo de mudança foram preservados os principais objetivos e princípios de sua política externa. Ou seja, havia a busca pela sobrevivência frente às investidas isolacionistas e aos ataques ao modelo socialista cubano promovidos por parte dos estadunidenses e a lógica do internacionalismo, pautada na solidariedade e em cálculos estratégicos. Portanto, a mudança deu-se no modo em que esses elementos eram atingidos e implementados.

4.2 Normalização das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba

Em 2014, Obama anunciou que os Estados Unidos iriam traçar um novo rumo com Cuba, “encerrando uma política desatualizada que falhou em promover os

interesses dos EUA e apoiar as reformas e uma vida melhor para o povo cubano na ilha ao longo de várias décadas”²¹.

De acordo com o Gabinete do Secretário de Imprensa da Casa Branca (2014), esta nova política tem o intuito de ampliar e promover compromissos autorizados com Cuba para avançar a cooperação em áreas de interesse mútuo e aumentar as viagens, o comércio e o fluxo livre de informações para a ilha. Seu principal objetivo, de acordo com o presidente, é de ajudar o povo cubano a alcançar um futuro melhor para si e instigar o desenvolvimento de um parceiro na região capaz de trabalhar com os Estados Unidos para enfrentar os desafios regionais.

A política adotada pelo presidente estadunidense buscou os seguintes resultados:

- (1)- Maior segurança dos EUA e seus cidadãos no território doméstico e no exterior, para que os nortes americanos que viagem para Cuba estejam mais seguros;
- (2)- Uma Cuba próspera e estável que oferece oportunidades econômicas a seu povo;
- (3)- Maior respeito pelos direitos individuais em Cuba; e
- (4)- Integração de Cuba nos sistemas internacionais e regionais (OBAMA’S WHITE HOUSE, 2016).

O início do restabelecimento das relações diplomáticas em 2014 foi um marco histórico no processo de normalização das relações entre os Estados. Tendo em vista que desde que os presidentes Obama e Raúl iniciaram uma nova era de relações, foram ampliadas cooperações em séries de áreas para os cidadãos norte-americanos e cubanos.

Uma das medidas acordadas e adotadas pelos presidentes foi a reabertura de embaixadas dos EUA e de Cuba, a qual ocorreu em 20 de julho e 14 de agosto, respectivamente. As inaugurações das embaixadas em Washington D.C. e Havana acompanham a decisão do Secretário de Estado John Kerry de rescindir a designação de Cuba como Estado Patrocinador do Terrorismo, e o anúncio do Presidente Obama de restabelecer formalmente as relações diplomáticas e as missões diplomáticas.

Para inaugurar a reabertura da embaixada cubana nos Estados Unidos, o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, fez uma viagem para Washington e pôde ser considerado assim o primeiro funcionário cubano a visitar a capital desde 1959. Ele participou, junto com uma delegação de 500 convidados, da cerimônia de

²¹ Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/10/14/presidential-policy-directive-united-states-cuba-normalization/>>. Acesso em 15/05/2023.

hasteamento da bandeira cubana na nova embaixada, seguida de encontro com o secretário de Estado John Kerry, no Departamento de Estado, onde a bandeira cubana também foi hasteada, simbolizando o restabelecimento das relações diplomáticas.

A cerimônia oficial de abertura dos EUA em Cuba ocorreu em agosto de 2015, quando o secretário Kerry visitou a ilha. A última vez que houve uma embaixada norte-americana em Cuba foi em janeiro de 1961, quando os países romperam as relações diplomáticas no auge da Guerra Fria. Em seu discurso, o secretário afirmou que esta nova abordagem nas relações entre os Estados é “baseada nos laços que unem nosso povo, nos interesses compartilhados por nossos governos e no respeito mútuo que deve caracterizar as relações entre duas nações orgulhosas - mesmo quando nossas políticas se chocam” (KERRY, J. 2015).

Antes da reabertura das embaixadas, o presidente Barack Obama enviou uma carta ao presidente Raúl Castro, de Cuba, sobre o restabelecimento das relações diplomáticas e das missões diplomáticas permanentes nos Estados Unidos e em Cuba²². A carta foi enviada em 30 de junho de 2015 e nela o presidente frisou que tal decisão estava encorajando, junto com uma decisão recíproca, o desenvolvimento de uma relação de respeito e cooperação entre os povos e as nações, respeitando os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

De acordo com o Gabinete do Secretário de Imprensa da Casa Branca (2014), a visão de Obama para normalização EUA-Cuba reflete o apoio de seu governo a um amplo crescimento econômico, estabilidade, aumento dos laços interpessoais e respeito pelos direitos humanos e valores democráticos na região.

Na avaliação de Stuenkel (2015), a reabertura das embaixadas representa um grande passo para a reaproximação dos países, pois sem um reconhecimento mútuo é muito difícil qualquer acordo de cooperação. Outro aspecto importante de ser apontado é que com as relações diplomáticas do continente restabelecidas, pode-se abrir uma possibilidade de cooperação regional mais ampla, o que é positivo para a região. Essa reaproximação já possibilitou, inclusive, a participação dos cubanos na 7ª Cúpula das Américas, realizada em abril de 2015 no Panamá.

²² Disponível em: < <https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/foreign-policy/cuba>>. Acesso em: 14/05/2023.

Stuenkel (2015) reforça que isso ainda não significava que Cuba e EUA são nações amigas, todavia estão criando um canal diplomático de comunicação e ainda é cedo para afirmar que haverá uma abertura econômica na ilha. Uma vez que Cuba vinha caminhando lentamente de uma economia socialista para uma economia de mercado. Todavia, Raúl Castro demonstrou ser mais aberto à reforma e a realizar algumas ações econômicas.

De acordo com Vargas (2015), esta abertura de embaixadas também sinalizou um importante passo para normalização das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba. Sendo assim, se torna mais viável para os EUA se aproximar do governo e com o povo cubano para que possam auxiliá-los e acrescentar ao desenvolvimento do país.

Ainda segundo a autora, o governo dos EUA estaria comprometido em respeitar e promover os direitos humanos, as liberdades fundamentais e a democracia em Cuba. Em contrapartida, também esperam os mesmos dos cubanos. Ademais, à medida em que as relações entre os países vão se solidificando, há mais intercâmbio entre eles e isso gera uma mudança no relacionamento não só com o governo cubano, mas também com todo hemisfério e Estados vizinhos.

É importante reforçar que apesar das mudanças acima adotadas, o embargo econômico imposto a Cuba ainda segue em vigor, até a data da presente pesquisa, em junho de 2023, e para que ele fosse modificado ou revogado, se faz necessário uma ação do Congresso dos Estados Unidos, que possui tal legitimidade.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi apresentado dados bibliográficos que estão dispostos cronologicamente, desde a guerra fria até o início do século XX, para responder à seguinte pergunta: No que difere a política externa de Obama para Cuba em relação aos governos antecessores, desde a Guerra Fria?

Em um primeiro momento, há o detalhamento da política externa adotada pelos EUA no período durante e pós guerra fria, o qual evidenciou que tal momento foi marcado por uma complexa teia em que estavam dispostos os interesses geopolíticos de duas potências: Estados Unidos e União Soviética. Até então, eles eram considerados como Estados detentores de maiores forças econômicas, políticas e militares do planeta (MUNHOZ, 2015).

A postura adotada pelos EUA durante a Guerra Fria foi de “contenção”, a princípio, da URSS. Depois, com a Doutrina Truman, houve uma expansão para englobar o bloco soviético, a China, os países e partidos comunistas, movimentos e governos nacionalistas (GUIMARÃES, 2002). Com tal estratégia a nação americana tentava afirmar que os seus valores eram universais.

No segundo momento, apresento a transição do governo Bush para o de Obama. É aqui que fica evidente a preferência de Obama pela diplomacia, o qual buscou negociar diretamente com parceiros e também adversários, a exemplo de Cuba. Em seu primeiro mandato, houve então a busca de tentar reduzir a tensão com os adversários e não minimizar ou cessar o uso da força como meio para provar sua força (WEEKS, 2016). Ao longo da leitura, fica explícito que neste primeiro momento o foco de Obama não era a América Latina e sim a Eurásia, devido aos conflitos bélicos existentes na região.

No terceiro momento, é detalhado a política externa adotada por Obama, em seu primeiro mandato, para Cuba. A postura adotada por Obama para a ilha foi de tentar buscar uma nova abordagem, a qual deveria ter mais diálogo e conexão em diversas áreas de atuação, como as sociais, políticas e econômicas.

Em contrapartida, houve uma limitação entre essa relação bilateral e busca pela normalização das relações, visto que os lobbies norte-americanos geravam bloqueios em avanços nas medidas políticas adotadas dos EUA para Cuba. Este processo acabou sendo iniciado “unilateralmente pelo Executivo dos Estados Unidos e, após o anúncio, o Congresso, que consiste majoritariamente de membros do partido Republicano, não se mostrou favorável à iniciativa de Obama” (MARTÍNEZ,

PEDROSO, FRANZONI, 2017, p. 124). Tal fato fica ainda mais claro quando é observado que poucas vezes Obama colocou isso no contexto de acordos ou instituições formais (Jesus, 2014).

Ao analisar a postura de Obama para a América Latina em seu primeiro mandato podemos ver que a região ficou em um papel secundário na agenda presidencial, sendo assim suas investidas permaneceram restritas ao âmbito retórico, sem evidenciar uma estratégia clara para a região (FORNER, PECEQUILO, 2017).

Para ficar ainda mais claro como Obama foi um presidente diplomático, é importante evidenciar de forma rápida - já que não é meu foco estender tal assunto - a postura adotada por seus sucessores, Trump e Biden.

Em seu início de governo, Trump promoveu retrocessos para relação com Cuba, visto que "limitou substantivamente as medidas de flexibilização comercial e turística que a administração anterior havia promovido" (MARTÍNEZ, PEDROSO, FRANZONI, 2017, p. 126). Outra medida que ele também tomou foi reduzir a quantidade de pessoas que trabalhavam na embaixada de Havana, alegando que o governo cubano não estava garantindo a integridade física da equipe norte-americana.

Ao passarmos para Biden, vemos que ele veio com propostas políticas, durante a sua campanha, de retomar a relação com Cuba. Todavia, após tomar posse este assunto acabou ficando em segundo plano e alguns fatores podem ter influenciado tal atitude, sendo eles: forte oposição republicana ao restabelecimento deste diálogo com Cuba e a divisão interna dentro das fileiras do partido democrata - que não possuem um consenso sobre o tema (SCHMIDT, 2023).

Diante disso, fica evidente que ao longo das décadas o que vem mudando na política externa adotada pelos Estados Unidos para demais nações são as táticas aplicadas e as ameaças aos seus interesses, não a natureza do problema. Ou seja, cada governante buscar garantir, por meio do soft ou hard power, a hegemonia dos EUA diante do cenário internacional vivenciado no momento de sua atuação como líder desta potência.

6 REFERÊNCIAS

ALVES P., Antônio Celso. 2006. Direitos Humanos e terrorismo. In: SACRAMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs). **Direitos Fundamentais**: estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar.

ALZUGARAY-TRETO, Carlos. 2007. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos alvares do século XXI: uma abordagem a partir da ilha. **Relações Internacionais**, n.13, p.89-104. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri13/RI13_07CATreto.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2023.

AYERBE, Luis Fernando. 2004. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp.

AZEREDO, S. 2022. **O processo de transformação nas orientações da política externa dos Estados Unidos da América e de Cuba durante os governos de Barack Obama e de Raúl Castro**. UNESP. Relações Internacionais. São Paulo, 234 p.

BANCO MUNDIAL. 2023. **Ingresso nacional bruto (ING) (US\$)**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GNP.MKTP.CD?end=1990&start=1980>>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.

BBC. 2016. **Como e quanto os EUA pagam a Cuba pelo aluguel da baía de Guantánamo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160321_eua_cuba_guantanamo_dgm_cc>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

BONILHA, D. 2014. **Descentralização e unidade política na Colômbia**. Rio de Janeiro: Ipea, 210 p.

BRANDÃO, M. 2010. **América Latina – velhos e novos paradigmas**. Disponível em: <<http://marcosbau.com.br/geopolitica/america-latina/>>. Acesso em 23 de mar. de 2019.

BRENNER, P.; JIMÉNEZ, M.R.; KIRK, J.; LEOGRANDE, W. 2015. **A Contemporary Cuba Reader: The Revolution under Raúl Castro**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield,.

CAMPOS, M. ANO? **Renda Nacional**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/renda-nacional.htm>>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

CASTILLO, Juan. 2008. **O Brasil e a segurança no Cone Sul no pós guerra fria**. Universidade de São Paulo. 208 f.

COLOMBO, S; FRECHERO, I. 2012. Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: Da Decepção à Autonomização da Região. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro. n. 1.

CUETO. Crise dos mísseis de Cuba: o evento que quase levou à guerra nuclear entre EUA e URSS. BBC. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63309793>>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

DOMÍNGUEZ, Jorge. 1978. Cuban Foreign Policy. **Foreign Affairs**, vol.57, n.1, p.83-108.

DUARTE, J. P. G. P. 2011. **Guerra ao terror: uma guerra na sociedade de controle**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP.

ELVERDÍN, J. 2021. **O que é o embargo dos EUA a Cuba e como ele afetou a economia da ilha**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-embargo-dos-eua-a-cuba-e-como-ele-afetou-a-economia-da-ilha/>>. Acesso em: 13 de abr. de 2023.

FERREIRA, M. & NERI, M. 2014. **Panorama da política de segurança dos Estados Unidos após o 11 de setembro: o espectro neoconservador e a reestruturação organizacional do estado**. Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror. IPEA, Brasília, 186p.

GESTEIRA, L. 2014. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**. Vol 10. Num 12.

GUIMARAES, Cesar. 2002. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. **Estudos Avançados da USP**. Vol. 16, N. 46) • Dez 2002

GUIMARÃES, G. 2019. **Política externa dos EUA para a América Latina. Relações Internacionais e Integração**. UNILA. Foz do Iguaçu, 60 p.

HERSHBERG, E. 2016. The Impact on U.S.-Cuba Latin America Relations of Rapprochement between Washington and Cuba. **Anuario de Integración**. Edición especial, p. 89-10.

HOZIE, A. 2006. **Representando a Segurança Interna**. In: Hegemonia ou império?: a redefinição do poder dos EUA sob George W. Bush, Ashgate. Canadá.

INDEX MUNDI. 2020. **Ingresso nacional bruto (ING) (US\$) - North America**. 2020. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/NY.GNP.MKTP.CD/map/north-america>>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.

JESUS, D. 2014. A crise da potência inteligente: os EUA e a grande estratégia de acomodação no governo Obama. **Rev. Sociol. Polit.** 22 (50). Jun.

J.MARTINS, L. 2019. Ditaduras na América Latina. **Globo.com**. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/historia/assunto/guerra-fria/ditaduras-na-america-latina.html>>. Acesso em: 12 de abr de 2019.

KAPCIA, Antoni. 2010. **Cuba in Revolution: a history since the fifties**. London: Reaktion. Books LTD.

KRAUTHAMMER, Charles. (1990/1991). The Unipolar Moment. In: **Foreign Affairs**. Vol. 70, N. 1, p. 23-33.

LEOGRANDE, William M. 2015. Normalizing US–Cuba Relations: Escaping the Shackles of the Past. **International Affairs**, v. 91, n. 3, p. 473–488.

LEOGRANDE, William M.; KORNBLUH, Peter. 2014. The Real Reason It's Nearly Impossible to End the Cuba Embargo. **The Atlantic**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/10/the-1996-incident-that-made-it-nearly-impossible-to-repeal-the-cuba-embargo/381107/>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

- LIMA, R. 2019. **Guerra do Vietnã: o conflito mais emblemático da Guerra Fria.** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/guerra-do-vietna/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2023.
- LOPES, V. 2023. Biden mantém política de pressão contra Cuba adotada por Trump. **Brasil de Fato.** 2023. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/2023/01/19/biden-mantem-politica-de-pressao-contra-cuba-adotada-por-trump>>. Acesso em: 16 de jun de 2023.
- MAREK, M. 2016. **1947: Divulgada a Doutrina Truman.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1947-divulgada-a-doutrina-truman/a-305913>>. Acesso em: 12 de fev. de 2023.
- MARINGON, Gilberto. 2006. **A onda de esquerda acabou na América Latina.** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-onda-de-esquerda-acabou-na-America-Latina-/22755>>. Acesso em 12 de abril de 2019.
- MARTÍNEZ, A.; PEDROSO, C.; FRANZONI, M. 2017. Donald J. Trump e a Ascensão Populista: embates ideológicos nos EUA e seus desdobramentos e impactos na conjuntura política internacional. *Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.* v. 1 n. 1 (2018): ISSN 2596-108X.
- MEUCI, Isabella. 2013. Estados Unidos e América Latina: o caso de Cuba no pós-guerra fria. **Grupo de Estudos da Política da América Latina.** Paraná. p. 121-136. Setembro.
- MILNER, Helen V. 1997. **Domestic Politics and International Relations: Interests, Institutions and Information.** Princeton: Princeton University Press.
- MOLINA, Jesús A. G. 2005. La economía cubana desde el siglo XVI al XX: del colonialismo al socialismo con mercado. **Serie estudios y perspectivas Naciones Unidas.** CEPAL, Unidad de Desarrollo Económico. México, D.F., feb. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4947>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.
- MUNHOZ, S. 2012. Kennan e a política externa dos EUA durante a guerra fria. **Boletim do presente.** N. 02. ISSN 1981-3384.
- O ARQUIVO. **Ato Patriota dos EUA.** Disponível em: <<https://www.oarquivo.com.br/temas-polemicos/historia/5411-ato-patriota-dos-eua.html>>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.
- OBAMA WHITE HOUSE. **Charting a New Course on Cuba.** 2016. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/foreign-policy/cuba>>. Acesso em: 04 de jan de 2023.
- OBAMA WHITE HOUSE. **Presidential Policy Directive - United States -Cuba Normalization.** 2016. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/10/14/presidential-policy-directive-united-states-cuba-normalization/>> Acesso em: 02 de mai de 2023.
- OLIC, N. B. **Terrorismo: uma ameaça do século XXI.** s/d. Disponível em <http://www4.moderna.com.br/pnld2011/download/complementacao_pedagogica/geografia/terrorismo_ameaca_do_seculo_xxi.pdf>. Acesso em: 24 abr 2019.
- GONÇALVES & SANTOS. Belo Horizonte, 2021. **Rev. Carta Inter.**, v. 16, n. 3, e1163,. Do avanço ao recuo: a Política Externa estadunidense para Cuba nos governos Obama e Trump.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo, Atlas, 2012. Ed. 8, reimpr.r.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Obama e América Latina (2009/2016): estagnação ou avanços?. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p.370-394, 2017a.

PECEQUILO, Cristina. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 3aed, 2011

POSEN, Barry e ROSS, Andrew L., "Competing visions for US grand strategy". **International Security**, v. 21, nº 3, 1996-97

SÁNCHEZ-PARODI, Ramón. Cuba-USA: **Diez Tiempos de una relación**. México: Ocean Press y Ocean Sur, 2011.

SANTORO, Mauricio. 2010. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.53, n. 1, p. 130-140.

SANTOS F. Política de segurança dos EUA para a América Latina no governo Obama: hegemonia e ajustes táticos. **Conjuntura Global**, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/80173>> Acesso em: 02 de jun de 2023.

SEGRERA, Francisco López. The United States and Cuba: from closest enemies to distant friends. **Rowman and Littlefield**, 2017.

SERRANO, MACIEL, LIMA. Movimentos Revolucionários na América Latina. 2018. **Educação Pública**. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/3/movimentos-revolucionarios-na-amrica-latina>>. Acesso em 24 de mar. de 2019.

SILVA, M. A. A transição cubana e a "atualização do modelo": mudanças políticas e econômicas sob o governo de Raúl Castro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 699-717, set.-dez. 2018.

SOUZA, M. **Lobby no Brasil regulamentado e a democracia participativa**. 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/rose_vidal.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2013.

SOUZA, R. & BARBOSA, A. **Ataques do 11/9 deram início a "guerra ao terror" e mudaram curso da geopolítica**. CNN. São Paulo, 11 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataques-do-11-9-deram-inicio-guerra-terror-e-mudaram-geopolitica/>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

STUENKEL, O. **Reabertura de Embaixadas dos EUA e de Cuba é primeiro passo para fim do embargo**. 2015. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/reabertura-embaxadas-eua-e-cuba-e-primeiro-passo-fim-embargo-afirma-especialista-fgv>>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

TAMAGNINI, Carolina. El papel de las remesas en la reforma económica de Cuba. **Fundación FIEC**. España. P. 1-9. Julho, 2013.

VARGAS, K. **Embassy Openings in Washington and Havana: On a Path Towards a Democratic, Prosperous Cuba**. 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2015/07/21/embassy-openings-washington-and-havana-path-towards-democratic-prosperous-cuba>>. Acesso em: 24 de mai de 2023.

WEEKS, Gregory. Soft Power, leverage, and the Obama Doctrine in Cuba. **The Latin Americanist**. North Carolina. P. 525-540. Dezembro, 2016.

WHITE HOUSE. **President Discusses Homeland and Economic Security at Mt. Rushmore**. 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/08/20020815.html>>. Acesso em: 02 de mai de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda minha incrível família Clemente que, em todo o momento, estiveram me apoiando para realização e conclusão do curso. Em especial, deixo expressa minha gratidão à minha mãe -Solange-, ao meu pai -Edson- e à minha irmã - Mayra -, por todo esforço e empenho que tiveram para que esta conquista fosse possível... desde minha manutenção financeira em um estado que não era o meu de origem até o acompanhamento emocional durante toda minha trajetória.

Não menos importante, agradeço à Cristina por ter aceitado me orientar mesmo em um período difícil de desistências, choros e recomeços, além de não ter desistido de mim. Assim como também não posso esquecer de Mariana Nóbrega, da Secretaria de RI, a qual mesmo sem nos conhecermos pessoalmente me prestou as informações necessárias para que eu pudesse concluir meu curso, assim como foi empática para com minha situação e necessidades do momento.

Não poderia esquecer das minhas amigas, Larissa e Alyne, assim como do meu companheiro, Gustavo, que estiveram prestando todo o suporte fundamental para meu progresso durante este período de graduação, o qual me proporcionaram um ótimo período de descobertas acadêmicas e de identificação profissional. Sem eles, não teria conseguido ter forças para concluir este trabalho!

Agradeço a todos os meus amigos e amigas os quais a UEPB me presenteou. Nós passamos diversos momentos juntos, seja para viagens de apresentação de trabalhos ou até mesmo momentos de lazer para equilibrar a vida. Não quero ser injusta e deixar de citar algumas pessoas, mas não posso deixar de fora Jerônimo, Jarbely, Ana Maura, Mayane, Suerda, Karoll, Karla, Heloísa e Edith, que em algum momento me fizeram aprender a lidar com algumas situações ou simplesmente me apoiaram quando necessário.

Por fim, agradeço às minhas amigas do trabalho, pois elas são também meu suporte e motivação para conclusão do curso, principalmente Marina, Mislene, Elaine, Eunice e Talita. Cada uma, de forma especial, vem me prestando auxílio para que eu possa ter sanidade mental e finalmente pegar meu tão desejado diploma de Relações Internacionais!